

ACTA N.º 24/2007
REUNIÃO ORDINÁRIA DE 22/10/2007
REUNIÃO PÚBLICA

Aos vinte e dois dias do mês de Outubro, do ano dois mil e sete, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Aveiro, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, sob a direcção do Sr. Presidente, Dr. Élio Manuel Delgado da Maia, e com a presença dos Srs. Vereadores, Dr. Luís Miguel Capão Filipe, Eng.º Carlos Manuel da Silva Santos, Dr. Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Dr.ª Marília Fernanda Correia Martins, Dr. Nuno Manuel Marques Pereira, Dr.ª Margarida Dias Ferreira e Dr. António Rocha Dias de Andrade.

Pelas 15h40m o Sr. Presidente declarou aberta a presente reunião.

FALTAS: - Foi deliberado, por unanimidade, justificar a falta dada pelo Sr. Vereador Doutor Gonçalo Nuno Caetano Alves.

APROVAÇÃO DAS ACTAS: - Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a acta n.º 23.

SALDO DE GERÊNCIA: - A Câmara tomou conhecimento do Mapa de Fluxos de Caixa relativo ao dia 22 de Outubro, o qual acusa os seguintes movimentos:

RECEBIMENTOS			PAGAMENTOS		
Saldo da Gerência Anterior		3.401.057,25€	Total das Despesas Orçamentais		36.745.462,62€
Execução Orçamental	2.887.770,53€		Despesas Correntes		23.036.059,93€
Operações de Tesouraria	513.286,72€		Despesas de Capital		13.709.402,69€
Total das Receitas Orçamentais		37.348.557,63€	Operações de Tesouraria		2.019.246,47€
Receitas Correntes		29.744.186,42€	Saldo para o Dia Seguinte		4.002.828,06€
Receitas de Capital		7.595.783,10€	Execução Orçamental	3.490.865,54€	
Receitas Outras		8.588,11€	Operações de Tesouraria	511.962,52€	
Operações de Tesouraria		2.017.922,27€	Total...		42.767.537,15€
Total...		42.767.537,15€			

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente da Câmara começou por saudar todos os presentes e deu início à reunião.

Intervenções dos Srs. Vereadores

A Sr.^a Vereadora **Dr.^a Marília Martins** iniciou a sua intervenção colocando algumas questões que considerava importantes serem esclarecidas.

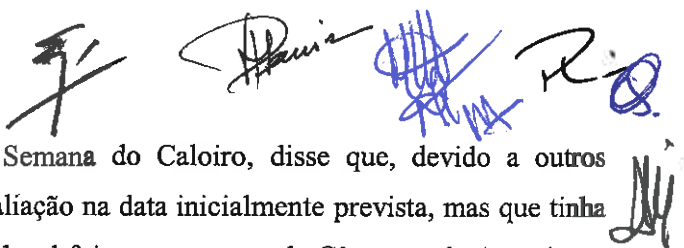
A primeira questão prendia-se com a reunião do Conselho Municipal de Educação, tendo a Sr.^a Vereadora manifestado o desejo de ter conhecimento das questões abordadas, nomeadamente, as relacionadas com os Jardins de Infância das Barrocas e da Glória, a questão da Carta Educativa e ainda o acompanhamento do Projecto Petiz.

A segunda questão prendia-se com a realização da Semana do Caloiro, pretendendo saber como tinha decorrido aquele evento e qual a avaliação do ponto de vista do Município, porque tinha constatado através dos órgãos de comunicação social, uma apreciação menos positiva por parte da Associação Académica.

A terceira questão prendia-se com o apoio às colectividades desportivas, culturais e IPSS's, nomeadamente quais os critérios de apoio às Associações Culturais e quais as que actualmente são apoiadas com protocolos regulares e subsídios pontuais. Em relação às Associações Desportivas e às de Acção Social disse que gostaria de ter acesso a toda a documentação, para ter conhecimento dos apoios que estão a ser dados a todas as colectividades dentro dos vários âmbitos e fazer uma análise mais rigorosa e criteriosa com vista a emitir um parecer, tendo em conta, a situação de reequilíbrio financeiro e as medidas de saneamento que irão ser propostas.

O Sr. Vereador **Dr. Pedro Ferreira** em resposta às questões levantadas pela Sr.^a Vereadora **Dr.^a Marília Martins**, esclareceu que em relação à reunião do Conselho Municipal de Educação, a matéria que foi discutida teve a ver com a gestão do parque escolar, o que a Câmara tem pensado e os contributos daquele órgão, as propostas referidas pelos parceiros e as conclusões por eles apontadas. Disse ainda, que foram abordadas algumas questões sobre o funcionamento dos Jardins de Infância, nomeadamente o Jardim de Infância da Glória e em relação a este, aludiu que a Câmara Municipal em colaboração com o Agrupamento de Escolas e a Junta de Freguesia da Glória tinha uma solução apontada, mas porque não dependia só da Câmara mas também de terceiros, comprometeu-se a dar conhecimento da mesma, quando o processo estiver concluído.

Em relação ao Projecto Petiz, o Sr. Vereador elucidou que já houve uma primeira avaliação, e que se pretendia fazer uma apreciação senão com carácter mensal, pelo menos em cada período lectivo. Verbalizou que foram apontadas algumas situações que necessitavam de correcção, nomeadamente, relacionadas com as crianças com necessidades educativas especiais. Disse que aquele era um projecto em que a Câmara obtém financiamento através do próprio Ministério da Educação e que se verificava um absentismo das crianças nas diversas actividades, porque os pais optam por outras actividades, como por exemplo levá-las à piscina, referindo que Eixo é o exemplo paradigmático, sendo que, os pais têm de ser responsabilizados, porque quando as crianças não estão na escola a responsabilidade não pode ser da Autarquia. Concluiu dizendo que estavam a analisar a forma de corrigir a situação descrita.



O Sr. Vereador Dr. Pedro Ferreira, em relação à Semana do Caloiro, disse que, devido a outros compromissos, não lhe foi possível realizar a reunião de avaliação na data inicialmente prevista, mas que tinha consciência de que devia ser feita, até porque a mudança de local foi uma proposta da Câmara e da Associação Académica.

Relativamente às Colectividades, informou que na reunião de Câmara de 2 de Outubro, último, foram debatidas as questões dos contratos programa com as Associações e Clubes e em relação às IPSS's há contratos que têm como objectivo o pagamento de empréstimos, porque são contratos relativos a investimentos e apoio ao investimento e esses tem sido cumpridos na íntegra. Quanto às Associações Culturais, referiu que todos os contratos ou quase todos são de renovação automática, o que acaba por condicionar o Vereador do Pelouro quando se trata de estabelecer critérios, por isso, foi pedido um parecer jurídico sobre a possibilidade de extinguir esses contratos de renovação automática.

Por fim, o Sr. Vereador Dr. Pedro Ferreira referiu que concordava com o Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, em relação à possibilidade do Governo poder vir a transferir as competências das administrações dos portos para os municípios com frentes ribeirinhas, e informou que a Autarquia tem vindo a solicitar, junto do Ministro do Ambiente, a transferência dos Canais Urbanos para a tutela da Câmara.

A Sr.^a Vereadora Dr.^a Marília Martins agradeceu as explicações prestadas pelo Sr. Vereador Dr. Pedro Ferreira e reafirmou a importância da documentação solicitada, até porque tinha uma visão interna de todas aquelas questões, pelo facto de ter estado a desempenhar funções no âmbito daquele Pelouro durante alguns anos.

Em relação à avaliação da Semana do Caloiro e à reunião do Conselho Municipal de Educação, nomeadamente, no que se refere à Carta Educativa, disse que são questões pertinentes em termos de tratamento, que viveu durante alguns anos, e que por isso considerava significativo para todos os presentes acompanharem as decisões que possam daí advir.

Em relação às IPSS's, a Sr.^a Vereadora advertiu que o facto de se terem firmado protocolos de renovação automática, não bloqueava qualquer tipo de processo, até porque, nas colectividades desportivas a maior parte dos protocolos tinham essa característica.

Prosseguindo ainda sobre o mesmo assunto, a Sr.^a Vereadora disse que as IPSS's também têm os seus projectos válidos, sendo que, a maior parte tem a ver com investimentos em equipamento, com reestruturações, com novas candidaturas, mas também há protocolos de apoio regular.

Disse ainda, ser defensora da avaliação anual dos projectos e não sendo necessário a renovação automática, tendo dado como exemplo, o Desporto, mas acentuou, que não lhe parecia que a renovação automática fosse um entrave.

Por fim, disse que tendo em conta o estado actual das finanças do Município e a preocupação do executivo com a questão do reequilíbrio financeiro, deveria haver rigor nos critérios de apoio às Associações e Colectividades do Concelho.

O Sr. Vereador Dr. Nuno Marques Pereira manifestou o seu desagrado pelo facto da coligação estar a comandar os destinos de Aveiro, fazia dois anos, e constatar-se que alguns assuntos que eram estruturais para a cidade demoraram todo este tempo para a tomada de decisões, que reconhecia serem difíceis, que precisavam de ponderação e reflexão.

O Sr. Vereador a propósito das declarações do Presidente da Câmara à comunicação social, acentuou que continua a haver muito ruído acerca da questão das privatizações, contribuindo para criar confusão no seio da comunidade aveirense e referiu que a política do Presidente é a do “*facto consumado*”. Questionou o Sr. Presidente sobre a forma como irão ser feitas essas privatizações, afirmando que a questão da privatização dos Serviços Municipalizados de Aveiro era absolutamente fundamental, porque a água, por ser um bem escasso, será o negócio do futuro, por isso, considerou, que aquele assunto não deveria ter ficado adiado.

Sublinhou que, os Vereadores do Partido Socialista discordavam frontalmente das declarações do Sr. Presidente e, desde o início, a sua postura no executivo camarário foi no sentido de contribuir e denunciar todas as questões que entendiam não ter sido feitas ou que têm sido mal feitas. Acentuou, que a oposição sempre se debateu por ideias para a cidade e para o concelho, apesar de democraticamente não terem merecido o apoio do executivo, mas reforçou a ideia de que o jogo político se fazia dessa forma.

Observou que era útil para o Sr. Presidente expressar a confusão que a oposição lhe causava, mas essa agitação podia ser evitada se ele fosse mais esclarecedor, em vez de se remeter a silêncios ensurdecedores, em relação às matérias que são estruturais para a cidade. Continuou dizendo, que inúmeras vezes têm apelado para que as discussões se façam, para que os documentos lhes sejam facultados, para poderem dar um contributo no sentido de procurar o melhor para Aveiro.

De seguida, apelou ao Sr. Presidente para esclarecer se irá ou não ser militante do PSD, face ao convite reiterado pelo Sr. Secretário Geral daquele Partido, Eng.º Ribau Esteves. Disse que aquele apelo se devia ao facto de existir uma certa confusão, que estava latente no Executivo, já que os pressupostos de elaboração daquela coligação foram num Presidente independente, e dado que o impasse em torno daquela questão, ainda não foi ultrapassado, na sua perspectiva, o Presidente e a coligação ficavam numa situação de vulnerabilidade política.

Acrescentou, que esperava que as relações institucionais entre as Câmaras Municipais de Ílhavo e de Aveiro, não tivessem sido beliscadas em circunstância alguma, porque, na sua opinião, deviam-se articular no sentido de criar um clima de confiança em torno de projectos comuns, sendo que até esta data nenhum foi concretizado.

Seguidamente, o Sr. Vereador perguntou se a Câmara Municipal produziu algum documento para esclarecer a população, ou se irá ser dada uma explicação cabal e necessária aos Aveirenses acerca da notícia relativa ao casamento, que veio a público na comunicação social e já foi debatida em sede de reunião de Câmara.

Por último, o Sr. Vereador propôs à Câmara uma alteração da agenda, uma vez que as questões são “estruturais para a cidade” e para a Câmara enquanto organização, e sugeriu que os pontos: 2.1, 2.2 e 2.3 fossem

debatidos e explicados, mas que a deliberação sobre aquelas matérias fosse protelada para uma data a considerar.

No que diz respeito ao saneamento financeiro, o Sr. Vereador referiu que se tratam de 58 milhões de euros, que é uma questão melindrosa, adiada por dois anos, e que por isso, merecia uma ponderação muito forte. Observou que uma vez que apenas receberam a informação referente aquele assunto na sexta-feira, não se sentiam preparados para poderem votar com consciência.

Em relação ao segundo ponto, relativo à constituição de uma sociedade, o Sr. Vereador adiantou que devia haver uma reflexão sobre a mais-valia de uma parceria público-privada para o município, uma vez que se trata de questões de planeamento profundas. Disse que seria muito útil perceber qual a opinião dos partidos políticos que tem representação, bem como o sentimento da comunidade educativa e considerou não ser descabido de todo ser auscultada a Assembleia Municipal no sentido de ser formatada uma proposta que pudesse, na medida do possível, alcançar alguns consensos políticos.

Em relação ao Parque Desportivo de Aveiro (PDA), o Sr. Vereador questionou se está definitivamente arredada a participação no Estádio ou se esse negócio deixa aberta essa possibilidade, e em que medida é que isso vai acontecer e quais são as consequências para um aumento de capital do PDA.

Considerou que não estavam em condições de votarem, de imediato o aumento do capital social por parte do parceiro privado, sem que este assunto fosse precedido de uma discussão.

O Sr. **Presidente** submeteu aquela proposta à votação, tendo havido empate, com 4 votos a favor e 4 abstenções dos Srs. Vereadores Dr.^a Marília Martins, Dr. Nuno Marques Pereira, Dr.^a Margarida Ferreira e Dr. Rocha Andrade.

O Presidente exerceu o voto de qualidade, decidiu que a questão fosse analisada ponto por ponto, e no caso do empréstimo, foi remetida a deliberação para a próxima reunião do executivo.

O Sr. **Vereador Dr. Nuno Marques Pereira** reafirmou que receberam a agenda e alguma documentação em suporte digital na sexta-feira e que a Lei estabelece que tem que ser com dois dias úteis de antecedência. Disse que têm sido absolutamente cooperantes e flexíveis em relação aquela matéria, para que as coisas corram bem.

Referiu ainda, que aquelas matérias têm de ser correctamente amadurecidas, que têm de consultar outras pessoas, e que não estavam em condições de as poder discutir, nem de as votar. Apelou para que se fizesse, de forma pacífica e tranquila, uma primeira explicação e, posteriormente, uma discussão e votação, sendo esta a forma que lhe parecia mais razoável e com bom senso porque são assuntos de tal forma estruturais que devem merecer outro tipo de amadurecimento.

O Sr. **Vereador Dr. Rocha Andrade** interveio abordando a notícia relativa à “protecção ao casamento”, que acabou por se revelar incorrecta e infundada, mas que passou para a opinião pública, naturalmente, por deficiência da notícia ou da informação que deu base à notícia, pelo que defendeu que a Câmara deveria tomar uma posição pública sobre o assunto e prestar os necessários esclarecimentos.

O Sr. **Vereador Eng.º Carlos Santos** em resposta ao Sr. Vereador Dr. Rocha Andrade, disse que naquela semana foram veiculados na comunicação social três casos que visavam atingir a coligação.

Em relação à notícia “protecção ao casamento”, referiu que a Polícia Municipal nunca tinha feito uma intervenção daquele género, sendo que os aveirenses tinham mais com que se preocupar. Esclareceu que estava a decorrer um processo de averiguações interno, que quando estiver pronto será presente à Câmara para que todos tomem conhecimento. Acrescentou que não lhe parecia que fosse assunto para a comunicação social, e que se esgotará quando o processo de inquérito estiver concluído.

O Sr. **Vereador Dr. Rocha Andrade** afirmou que a opinião do Eng.º Carlos Santos era respeitável, mas que foram postos em causa os serviços camarários. Assegurou que a opinião pública gostava de saber se aqueles factos tiveram ou não o cariz que eventualmente se lhes deu, e sempre defendeu a opinião de que a Câmara deveria esclarecer, sucinta e directamente, o que se passou na realidade.

Constatou que o processo ainda continua, e tinha legitimidade democrática para estar na reunião de Câmara, pronunciar-se e interpelar a maioria, por isso solicitou duas informações: qual o prazo para a conclusão daquele processo e se, findo o prazo e concluído o processo, haverá esclarecimento da opinião pública.

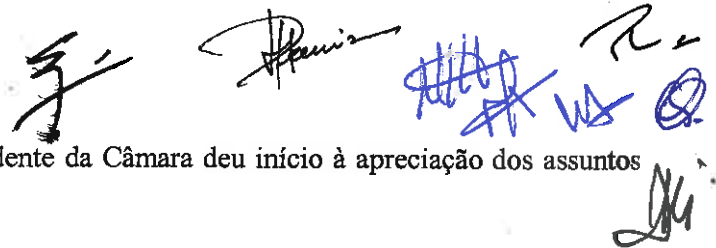
O Sr. **Vereador Eng. Carlos Santos** alegou que tinha na sua posse uma informação do Departamento Jurídico, que esclarecia a fase em que se encontrava o processo de averiguações, sendo que estavam a ser ouvidos todos os seus intervenientes, por forma a aclarar-se toda a situação. Acrescentou, que a oposição terá direito a toda a informação e que dava jeito à oposição, que se fizesse mais um texto para a comunicação social. Acrescentou que internamente fará tudo para que não volte a acontecer uma situação semelhante, tendo sido a primeira vez que foi requisitado um serviço daquela natureza, não tendo tido conhecimento dele.

O Sr. **Vereador Dr. Rocha Andrade** disse que lamentava profundamente as palavras proferidas pelo Sr. Eng.º Carlos Santos, porque ele deveria saber, em consciência, que o estilo de oposição que procurava criar não era confucionista, e muito menos merecia aquelas palavras, que eram termos que ouviu durante trinta anos da sua vida, e não queria voltar a esse tempo, em que a oposição era considerada um “papão” que só servia de artifícios para criar confusões.

Ainda sobre o mesmo assunto, disse que aquele não era um estilo que advogue e não procurou aquela situação para criar qualquer embaraço à Câmara, queria é que a Câmara se desembaraçasse do que foi feito contra ela.

Por fim, disse que não era ele que tinha nas mãos o poder de acabar com a questão, era o Sr. Vice-Presidente que tutela a área, ele somente tinha o poder democrático de lembrar as questões e de naturalmente ter espírito crítico para elas.

O Sr. **Vereador Dr. Capão Filipe** deu conhecimento ao executivo de uma carta enviada pela Associação Cultural “Segue-me à Capela” a agradecer à Câmara o apoio dado ao II FESTIVAL VOZ DE MULHER, que se realizou de 5 a 8 de Julho do corrente ano.



PERÍODO DA ORDEM DO DIA: - O Sr. Presidente da Câmara deu início à apreciação dos assuntos constantes da Ordem do Dia.

OPERAÇÃO DE SANEAMENTO FINANCEIRO: - O Sr. Vereador Dr. Pedro Ferreira referiu que foi elaborado um estudo de acordo com as contas da Câmara e o relatório de auditoria, e que da análise daqueles documentos se chegou à conclusão de que, para haver um reequilíbrio a curto prazo tinha de ser feito um empréstimo de saneamento financeiro.

Esclareceu que se tratava de uma operação de consolidação financeira que transfere encargos mais imediatos para o médio/longo prazo, mas não resolve o problema da dívida da autarquia. Deu nota de que aquele Plano passa pela contratação de um empréstimo de 58 milhões de euros, com 3 anos de carência, em que o objectivo é a eliminação quase total do passivo de curto prazo e também permite melhorar a Tesouraria, bem como pagar as dívidas a Juntas de Freguesia, Colectividades, Empreiteiros e outras instituições e ainda, permitirá renegociar contratos de factoring e acordos de pagamento, reformulando operações de tesouraria e melhorar o desempenho a curto prazo, estimando-se poupanças de três milhões de euros/ano nos próximos três anos, passando o montante a oito milhões de euros anuais, quando começar a amortizar o capital.

O Sr. Vereador Dr. Nuno Marques Pereira questionou sobre a demora de dois anos no agendamento do plano de saneamento financeiro, quando o discurso político da maioria se centrou, desde o início, na situação financeira. Questionou ainda a discrepância dos montantes da dívida, sublinhando que a dívida sempre foi de 158 milhões de euros à data da posse do executivo e assumido naquele plano, e não os duzentos e cinquenta milhões de que se faz alarde.

Disse ainda, que foi o valor da construção do novo estádio, que condicionou a todos, mas em que todos estavam comprometidos, e reconhecia ser uma situação difícil mas que tem solução.

Considerava, em princípio, a medida uma boa decisão, mas questionou sobre a capacidade do município para gerar as receitas necessárias para pagar o empréstimo.

O Sr. Vereador Dr. Pedro Ferreira rebateu os argumentos, reafirmando que além dos cento e cinquenta e oito milhões de euros de dívida, existem compromissos do município, nomeadamente decorrentes de protocolos, que não têm facturas e por isso não estão contabilisticamente reflectidos, mas que terão de ser cumpridos.

Recusou também que a maioria PSD/CDS tenha responsabilidades na situação criada pela construção do novo estádio, porque o que os partidos votaram favoravelmente, e por unanimidade, foi o valor de trinta milhões de euros e não os valores que veio a atingir.

Disse ainda, que os cinquenta e oito milhões de euros a obter junto da banca, servirão para pagar a fornecedores conta-corrente, fornecedores de imobilizado, de que são exemplos os empreiteiros, bem como às Juntas de Freguesia, associações, clubes desportivos e IPSS's.

Acrescentou que decidiu incluir naquela operação os contratos de factoring e acordos de pagamento, uma vez que aquela alteração será mais vantajosa para as contas da autarquia e vai ser menor o pagamento naquela modalidade do que no factoring.

Por fim, disse que o município poderá começar a deixar de ter aquele pressing diário para pagamento das dívidas e que a questão colocada pelo Sr. Vereador Dr. Nuno Marques Pereira, deveria ter sido colocada há quatro anos atrás.

O Sr. **Vereador Dr. Nuno Marques Pereira** rebateu as palavras do Vereador Dr. Pedro Ferreira, dizendo que o estádio de Aveiro foi o único que não teve derrapagem financeira, o que teve foram as normais revisões de preços e pensava que aquele aspecto estava clarificado e que a construção do estádio teve uma comissão de acompanhamento da Assembleia Municipal.

Afirmou que, em relação à dívida, aquilo que o executivo dizia era uma coisa e aquilo que escreviam era outra. Os números revelados pela auditoria não tinham nada a ver com o discurso político, existiam incongruências originando confusões no espírito das pessoas, que deviam ser debeladas.

O **Dr. Carlos Dias**, Chefe da Divisão Económico Financeira, afecta ao Departamento Económico Financeiro, fez um breve resumo daquele documento e sublinhou que era uma operação que não era dissociada de todas as outras medidas que foram decididas pelo executivo, para baixar a dívida existente.

O Sr. **Presidente**, de seguida, disse que este ponto seria adiado, de modo a permitir uma reflexão para que existisse o máximo de consenso em torno do Plano de Saneamento Financeiro, pelo que decidiu remeter a votação para reunião posterior.

CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE COMERCIAL PARA A CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, INSTALAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INTERESSE PÚBLICO: - O Sr. **Vereador Dr. Pedro Ferreira** afirmou que a criação de uma sociedade público-privada destinada à reabilitação do parque escolar municipal tem como objectivo envolver entidades particulares no processo e que irá ser aberto um concurso para seleccionar os parceiros, que ficarão responsáveis pela construção de treze novas escolas e pela ampliação de outras treze, a ideia é num futuro próximo retirar da Autarquia a gestão administrativa.

Disse ainda, que a futura sociedade poderá construir quatro parques de estacionamento subterrâneos em Aveiro, em quatro pontos da cidade (Rossio, Centro Cultural e de Congressos, Universidade e Avenida Dr. Lourenço Peixinho), cujas receitas servirão para pagar o investimento realizado, quer ao nível das escolas quer ao nível dos parques.

Referiu que a proposta é constituir uma sociedade anónima em que a participação da Câmara será minoritária, sendo que é um projecto que terá a duração mínima de 25 anos e onde a Autarquia terá de pagar uma renda, que irá servir para reembolsar parte dos investimentos realizados nas vinte e seis escolas.

Acrescentou que aquelas parcerias permitem agilizar todo o processo, não só no que diz respeito à gestão das infra-estruturas como também nas questões burocráticas contribuindo para uma melhor gestão do Parque Escolar.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Daniz', 'Rij', and 'M']

O Sr. Vereador Dr. Nuno Marques Pereira de novo no uso da palavra, esclareceu que no que diz respeito ao parque de estacionamento do Rossio tinha algumas dúvidas em relação à mais-valia quer urbanística quer económica daquele projecto, sendo o Rossio o coração da cidade, um local que faz parte da memória Aveirense, sublinhou que a concretizar-se aquela construção, o tráfego irá convergir para o centro da cidade e a sua imagem de marca irá ser adulterada.

O Sr. Vereador Dr. Pedro Ferreira contrapôs dizendo que aquelas soluções irão trazer grandes melhorias em termos urbanísticos, com vista a gerar uma cidade com qualidade.

O Sr. Vereador Dr. Capão Filipe interveio para acrescentar que aquela questão era relevantíssima em termos de futuro para o Município, na perspectiva educacional e nas questões de mobilidade e, designadamente, naquelas que se prendiam com o estacionamento e relevou que com aquele documento era colocada na agenda de Aveiro as seguintes resoluções: o estacionamento da universidade irá permitir solucionar a carência de estacionamento do Hospital Infante D. Pedro; com o parque de estacionamento na envolvente da Fábrica Campos, a aposta do Município em termos de investimento económico prendia-se com a centralidade dos congressos, pelo que aquele empreendimento será decisivo para a competitividade de Aveiro, quer em termos de cidade de negócios quer de congressos; no que diz respeito ao parque localizado no Rossio, o Sr. Vereador disse que, por ser uma zona histórica, que independentemente de maior ou menor estacionamento no âmbito da requalificação do próprio bairro, e uma vez que era constituída por edifícios antigos e isentos de garagens próprias, o que estava em causa era o estacionamento para os próprios moradores e assim, iria perdurar a vivência do bairro histórico da Beira Mar.

Ainda sobre o mesmo assunto, o Sr. Vereador afirmou que estava em cima da mesa o futuro da Av. Dr. Lourenço Peixinho, e naquele documento já era dado um contributo relevante para o futuro, quando se questionava por mais estacionamento para servir o negócio tradicional da Avenida, e assim um parque de estacionamento para servir aquela importante artéria da cidade, poderá constituir uma mais valia para o que vier a surgir à superfície e, por conseguinte, também não era obra do acaso aquela visão e aquela perspectiva, nas questões de mobilidade.

O Sr. Vereador Dr. Rocha Andrade questionou se existiam estudos técnicos, designadamente, ambientais, de engenharia e económicos que indiquem, face à realidade existente, quais as localizações preferenciais para parques de estacionamento em Aveiro, ou se a localização dos parques assenta sobre ideias gerais ou palpites.

O Sr. Vereador Dr. Capão Filipe respondeu dizendo, que existiam estudos idênticos aos que conduziram à construção do parque de estacionamento da Praça Marquês de Pombal.

O Sr. Presidente decidiu remeter a votação em torno desta matéria para a próxima reunião de Câmara, para que haja o máximo consenso sobre o assunto, para depois poder ser tomada uma decisão definitiva.

PDA - PARQUE DESPORTIVO DE AVEIRO, E. M.: - O Sr. Vereador Dr. Pedro Ferreira iniciou por enfatizar a existência de alguns constrangimentos na gestão da empresa, nomeadamente no que se refere à capacidade de investimento do município e à forma como está organizada e definida a própria Lei no que diz respeito ao desenvolvimentos de determinados projectos.

Proseguiu dizendo que, cada vez mais, há necessidade de aligeirar alguns procedimentos por forma a conseguir desenvolver projectos com mais valias imobiliárias.

Em relação à participação da Câmara no Parque Desportivo de Aveiro nos moldes em que estava, o Sr. Vereador afirmou que devido à incapacidade de financiamento da própria autarquia não havia condições para prosseguir com o processo.

Sublinhou que, se a Câmara mantivesse a sua participação no PDA, não seria possível realizar o objectivo do executivo de diminuição das despesas. Dessa forma, informou que a Autarquia pretende aumentar o capital social do PDA de quinhentos mil euros para três milhões e quinhentos mil euros, aumento esse que numa primeira fase terá 54,6% de participação privada e 46,4% da Câmara.

Continuou, referindo que aquando da conclusão do Plano de Urbanização, a Câmara pretende alienar parte da sociedade libertando gradualmente a sua participação na empresa, até aos 5%.

Por fim, o Sr. Vereador disse que se pretendia que no final do processo o interesse público fique salvaguardado.

O Sr. Presidente decidiu remeter a votação desta proposta para a próxima reunião de Câmara.

DERRAMA E TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM: - O Sr. Vereador Dr. Pedro Ferreira apresentou, nos termos do previsto na Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais, e de acordo com a informação nº 223/DEF/10 de 2007, da Divisão Económico Financeira, afecta ao Departamento Económico Financeiro, a seguinte proposta de fixação da taxa de Derrama, a vigorar para o ano de 2008:

a) No que diz respeito às empresas que apresentem um volume de negócios inferior a 150.000 euros, a derrama será de 1,35% do lucro tributável.

b) No que diz respeito às empresas com um volume de negócios superior a 150.000 euros, a taxa será de 1,50%, o máximo legal.

O Sr. Vereador Dr. Pedro Ferreira referiu que o objectivo de baixar a derrama para as pequenas empresas irá contribuir para um aumento da competitividade.

Foi também apresentada pelo Sr. Vereador Dr. Pedro Ferreira a proposta de manutenção do valor da Taxa Municipal de Direitos de Passagem do ano transacto, fixando-se a mesma em 0,20%.

Submetidas as propostas a votação, foram as mesmas aprovadas, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores Dr.ª Marília Martins, Dr. Nuno Marques Pereira, Dr.ª Margarida Ferreira e Dr. Rocha Andrade. Foi igualmente deliberado, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores Dr.ª Marília Martins, Dr. Nuno Marques Pereira, Dr.ª Margarida Ferreira e Dr. Rocha Andrade, submeter o presente assunto à aprovação da

Asssembleia Municipal, em cumprimento do disposto na alínea e) do n.º 2, do art. 53º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na actual redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

HABITAÇÃO SOCIAL – SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA: - De acordo com a Informação n.º Informação n.º 359/07 da Divisão de Habitação Social, integrada no Departamento de Habitação Social e Acção Social, foi deliberado, por unanimidade, proceder ao realojamento das onze famílias já consideradas em “Situação de Emergências” em Reunião de Câmara, em fogos devolutos na Urbanização de Santiago e no Bairro Social do Caião.

HABITAÇÃO SOCIAL – SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA: - De acordo com a Informação n.º Informação n.º 358/07 da Divisão de Habitação Social, integrada no Departamento de Habitação Social e Acção Social, foi deliberado, por unanimidade, considerar em “Situação de Emergência” o agregado familiar de MARIA DA CONCEIÇÃO COSTA, nos termos da alínea a) do art. 9.º do Decreto-Lei n.º 797/76, de 6 de Novembro, conjugado com o Despacho 38/SEHU/85.

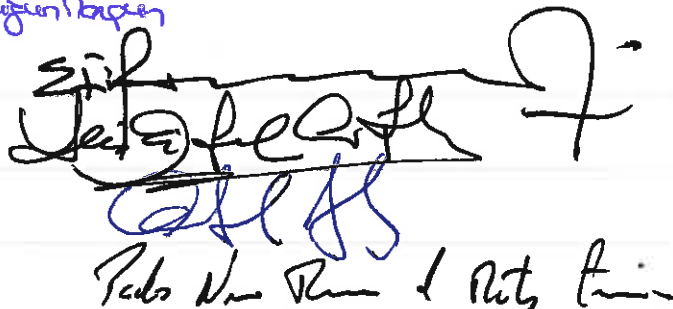
Intervenção do Público

O Sr. Pinto referiu-se à polémica gerada em torno da Zona Industrial que a Câmara pretende implementar na freguesia de Nossa Senhora de Fátima e congratulou-se com o Executivo por estar a recuperar uma casa na Rua Bento de Moura, dizendo que está no bom caminho.

Sugeriu ainda que se proceda, de imediato, à execução de obras na Av. Dr. Lourenço Peixinho e não no final do mandato e também, à construção de 3 arranha céus, sendo um localizado no cais de S. Roque (mirra ria), bem como a construção de um bairro emblemático, à semelhança do bairro do liceu.

APROVAÇÃO EM MINUTA: - Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta, nos termos do disposto no n.º 3, do art. 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/02, de 11 de Janeiro, tendo a mesma sido distribuída por todos os Membros da Câmara Municipal, e por eles assinada.

E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a presente reunião às 18h30m. Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente acta, que foi assinada pelo Sr. Presidente da Câmara, Dr. Élio Manuel Delgado da Maia e por mim, Maria Teresa Rodrigues Marques, Chefe de Secção da Divisão de Organização e Administração.


Elio Manuel Delgado da Maia
Maria Teresa Rodrigues Marques

Martha Martins
Anna Hamel Marques Ferris
Margarita
Fabiano Rocha Ferris